



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ  
Procuradoria Jurídica



CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ-AM

CNPJ: 34.528.869/0001-25

Protocolo

Data: 04 / 09 / 25

Hora: 09 : 57. Em 03 vias.

Ass. do Servidor

**PARECER JURÍDICO Nº 020/2025 – PROC/JUR/CMA**

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Apuí.

**PROPOSITURA:** Memorando Nº 060/2025 - CMA.

**ASSUNTO:** Análise jurídica sobre Processo Administrativo nº 038/2025.

**1. PREÂMBULO:**

Trata-se da análise jurídica sobre o Processo Administrativo nº 038/2025, com procedimento de prorrogação do Termo de Contrato Nº 003/2022, firmado em 26 de setembro de 2022, mediante a possível termo de aditivo de prestação de serviço contínuo de link dedicado de 30 Mbps Download/Upload, 01 (um) IP público via fibra óptica e fornecimento de equipamento em regime de comodato.

Para análise do pedido, consta no Processo Administrativo nº 038/2025, os seguintes documentos:

- a) Memorando nº 005/2025 – GC;
- b) Despacho nº 89, de 18 de agosto de 2025;
- c) Memorando nº 054/2025 – SEC/ADM;
- d) Declaração de Disponibilidade Orçamentária-Financeira;
- e) Memorando nº 057/2025 – SEC/ADM;
- f) Memorando nº 058/2025 – SEC/ADM;
- g) Ofício nº 479/2025 – CMA;
- h) Ofício nº 12/2025 – W.on Telecom;
- i) Orientação nº 009/2025 – Coordenadoria de Controle Interno da CMA;



*[Handwritten signatures]*



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**  
**Procuradoria Jurídica**



j) Memorando nº 060/2025 – CMA:

Encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, na qual se requer análise jurídica quanto aos aspectos legais, constitucionais e admissíveis, bem como ressalva/sugestão se necessário for.

Diante disso, passa -se a análise jurídica.

## **2. ANÁLISE JURÍDICA:**

### **2.1 Dos Limites do parecer jurídico**

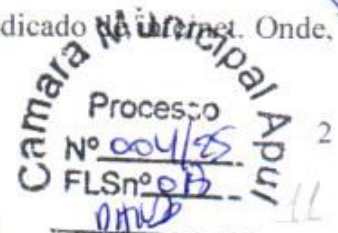
O exame da Procuradoria Jurídica restringe-se aos aspectos estritamente jurídicos das matérias aqui deduzidas, de caráter elucidativo e não vinculativo da autoridade competente, subtraindo-se quaisquer análises de ordem técnica, orçamentária ou financeira.

Incumbe, portanto, apenas a análise jurídica, não cabendo adentrar em aspectos de conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos (mérito administrativo), nem quanto a aspectos econômico-financeiros.

Nesse sentido, é firme a jurisprudência dos tribunais superiores: STF, Pleno, MS n. 24.631, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 09/08/2007; STF, Pleno, MS nº 24.073, rel. min. Carlos Velloso, j. 06/11/2002; STF, 1ª Turma, AgReg no MS n. 35.196, rel. min. Luiz Fux, j. 12/11/2019; STJ, 6ª Turma, HC 461.468, rel. min. Laurita Vaz j. 09/10/2018 / STJ, 6ª Turma, RHC 46.102, relator min. Rogério Schietti Cruz, j. 25/10/2016; TCU, Acórdão 13375/2020-Primeira Câmara, rel. min. BENJAMIN ZYMLER; Boletim de Jurisprudência nº 338 de 14/12/2020; STF, AgReg no HC nº 155.020; STF - MS: 36025; MS 27867 AgR.

### **2.2 Da Prorrogação de Contrato e Fundamentações**

A Coordenadoria de Controle Interno da Câmara Municipal de Apuí/AM, emitiu Orientação Nº 009/2025, em 01 de setembro de 2025, onde, informa que a Administração da Câmara Municipal de Apuí, enviou expediente com conotação de prorrogação de prazo do contrato vigente de fornecimento de link dedicado da Internet. Onde,





ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ  
Procuradoria Jurídica



teve retorno pela empresa A.W. SERVIÇOS E APIO ADMINISTRATIVO EIRELLI – EPP, com reposta positiva sobre o aditivo contratual.

Alega a Coordenadora que a prestação de serviço atual não supre às necessidades da Câmara Municipal, apontado que o quantitativo de Megabits contratado para Download e Upload é de 30 Mbps, tornando insuficiente para demanda atual da Câmara Municipal.

Outrossim, o quantitativo contratado de Mbps na época supria as necessidades, muito embora, a Câmara em atendimento aos norma vigentes implementou sistemas, atos de publicações, e outros serviços que exigem acesso à Internet em alta velocidade.

Ocorre que, ao se constatar que a velocidade de internet originalmente contratada não mais atende às necessidades do órgão, resta caracterizada a inadequação do objeto. Nessas condições, a prorrogação contratual não se mostra conveniente nem eficaz, uma vez que perpetuaria um contrato incapaz de satisfazer a demanda atual.

Prorrogação contratual, quando não atende ao interesse público, afronta os princípios da **eficiência** (art. 37, caput, da CF), da **economicidade** e da **vantajosidade**, que orientam toda a atuação administrativa.

Manter contrato que já não atende aos requisitos mínimos técnicos necessários equivale a comprometer a qualidade do serviço público, gerando prejuízos operacionais e riscos de ineficiência.

Portanto, fica constatado a impossibilidade de prorrogação do contrato vigente, uma vez que a velocidade de internet contratada não atende mais às necessidades da Administração, tornando-se o objeto ineficaz e desvantajoso.

### 2.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Diante do exposto, **opino pela IMPOSSIBILIDADE de prorrogação do contrato vigente**, Termo de Contrato N° 003/2022, firmado em 26 de setembro de 2022, da



ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ  
Procuradoria Jurídica



prestação de serviço contínuo de link dedicado de 30 Mbps Download/Upload, 01 (um) IP público via fibra óptica e fornecimento de equipamento em regime de comodato

Recomenda-se, portanto, a realização de **novo processo de contratação**, com especificações técnicas compatíveis com a realidade atual e futura demanda do órgão, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Ressalta-se, por fim, que a presente manifestação possui natureza opinativa e, portanto, não vinculante para o Gestor Público, o qual, pode de forma justificada, adotar orientação contrária àquela emanada no presente pronunciamento. Ou seja, a presente manifestação tem natureza obrigatória, porém não vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo. À consideração superior.

Eder Souza Silva  
Cargo Procurador Jurídico CMA  
Portaria Nº 030/25

Apuí/AM, 04 de setembro de 2025.

Dr. Éder Souza Silva  
Procurador Jurídico  
Mat. Nº 389-1/2025

RECEBIDO: Bruno/moraes DATA 04/09/2025

Verador BRUNO JOSE DE MORAIS

Presidente de Câmara Municipal de Apuí/AM.

Bruno Jose de Moraes  
VEREADOR  
Presidente CMA

